

AGIR PARA MUDAR LEIS ~~DISCRIMINATÓRIAS~~



Dia Mundial de Zero Discriminação
1º de março de 2019



#ZERO
DISCRIMINAÇÃO



SOBRE O DIA MUNDIAL DE ZERO DISCRIMINAÇÃO

No 1º de março, Dia Mundial de Zero Discriminação, celebramos o direito de todas as pessoas de viver uma vida plena e produtiva—e com dignidade.

O Dia Mundial de Zero Discriminação destaca como as pessoas podem se informar sobre o tema e promover a tolerância, compaixão, paz e, acima de tudo, um movimento de mudança. O Dia Mundial de Zero Discriminação está ajudando a criar um movimento global de solidariedade para acabar com todas as formas de discriminação.

Foto de capa: Membros indianos da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e simpatizantes celebram a decisão da Suprema Corte Indiana de derrubar uma lei da era colonial que proibia relações sexuais entre pessoas LGBTI, em Mumbai, na Índia, no dia 6 de setembro de 2018.

O Supremo Tribunal Indiano derrubou a proibição, que vinha sendo o centro de batalhas jurídicas há anos, no dia 6 de setembro. “A lei havia se tornado uma arma para assediar a comunidade LGBT”, Dipak Misra, presidente da Suprema Corte, anunciando o veredito. (Crédito da foto: Indranil Mukherjee / AFP / Getty Images.)

AGIR PARA MUDAR LEIS ~~DISCRIMINATÓRIAS~~

No Dia Mundial de Zero Discriminação 2019, o UNAIDS destaca a necessidade urgente de ações contra leis discriminatórias. Em muitos países, há leis que resultam em tratamentos diferentes para pessoas, que as excluem de serviços de saúde essenciais ou impõem restrições indevidas sobre como viver suas vidas, simplesmente por ser quem são. Essas leis são discriminatórias—elas negam direitos humanos e liberdades fundamentais.

As pessoas podem experimentar mais de uma forma de discriminação. Uma pessoa pode vivenciar uma situação discriminatória por causa do seu estado de saúde, raça, identidade de gênero ou orientação sexual, agravando os efeitos sobre o indivíduo e sua comunidade.

Leis—tais como as leis sobre trabalho sexual, relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo e o sigilo, exposição ou transmissão do HIV—podem discriminar por criminalizar uma conduta ou identidade.

Outras leis podem impedir que as pessoas tenham acesso a benefícios ou serviços. Meninas podem não ter permissão para ir à escola se estiverem grávidas ou mulheres podem não ter acesso a serviços financeiros sem a permissão do marido.

Leis discriminatórias também podem impor aos jovens o consentimento dos pais para que tenham acesso a serviços de saúde ou podem restringir a entrada, permanência e residência de pessoas vivendo com HIV.

Os Estados têm uma obrigação moral e legal—sob a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tratados de Direitos Humanos, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e outras obrigações internacionais—de acabar com leis discriminatórias e promulgar leis que protejam pessoas da discriminação.

Alguns dos direitos que as pessoas podem usar para contestar leis discriminatórias incluem:

- **O direito à igualdade de tratamento perante a lei.**
- **O direito à educação.**
- **O direito a oportunidades econômicas.**
- **O direito à privacidade.**
- **O direito à dignidade.**
- **O direito à saúde.**
- **O direito de associação.**
- **O direito a um julgamento justo.**

Todos têm a responsabilidade de exigir mudanças dos Estados e contribuir com os esforços para acabar com leis discriminatórias. Os primeiros passos para fazer a mudança acontecer são: conhecer as leis; reconhecer que as leis podem discriminar; e evidenciar para todos quais são as leis discriminatórias.

LEIS QUE PODEM CONTER CLÁUSULAS DISCRIMINATÓRIAS

Leis com cláusulas discriminatórias podem afetar as pessoas de diferentes maneiras. Nem sempre é óbvio que uma lei contém cláusulas discriminatórias, e nem sempre é óbvio a partir do nome da lei. Alguns exemplos de leis que podem conter cláusulas discriminatórias são:

- **Leis sobre casamento e união civil.**
- **Leis de consentimento parental que afetam o acesso de jovens a serviços.**
- **Legislação sobre o local de trabalho.**
- **Leis que regulam o setor de educação ou saúde.**
- **Leis que limitam o acesso a serviços e excluem certas pessoas com base, entre outras coisas, em sua identidade de gênero, raça, nacionalidade ou condição e status socioeconômico.**
- **Leis bancárias e de seguros.**
- **Leis de migração e cidadania.**
- **Leis de ordem pública e segurança.**
- **Leis de propriedade.**
- **Leis de herança.**
- **Leis que regulam a conduta sexual.**
- **Leis que regulam o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva.**
- **Leis que punem as pessoas devido ao seu estado de saúde, como HIV ou gravidez.**

LEIS QUE MUDARAM A RESPOSTA À AIDS EM 2018

O SUPREMO TRIBUNAL DA ÍNDIA DERRUBOU O ARTIGO 377 DO CÓDIGO PENAL QUE CRIMINALIZAVA AS RELAÇÕES SEXUAIS ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO. AS FILIPINAS DIMINUÍRAM A IDADE PARA TESTAGEM DE HIV VOLUNTÁRIA SEM NECESSIDADE DE PERMISSÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS PARA 15 ANOS. O MALAWI REMOVEU DE SUA LEI SOBRE HIV CLÁUSULAS QUE CRIMINALIZAM A NÃO DIVULGAÇÃO, EXPOSIÇÃO E TRANSMISSÃO DO HIV.



MUDAR AS LEIS É POSSÍVEL

O Preâmbulo da Carta das Nações Unidas tem os direitos humanos como base. Na sentença inicial, afirma: “Nós, os povos das Nações Unidas (...) reafirmam a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas (...)”

A lei pode ser uma força poderosa para produzir bons resultados, mas também pode ser uma força poderosa para produzir resultados ruins—para acabar com a discriminação, a lei deve ser capaz de proteger os mais vulneráveis e promover respeito e dignidade para as pessoas a quem ela se dirige. Por exemplo, a igualdade de gênero ainda está muito distante, mas sabemos que o progresso é possível—apenas 60 anos atrás, a maioria das mulheres no mundo não podia votar ou ter uma conta bancária em seu próprio nome.

Existem diferentes maneiras de alterar legislações discriminatórias:

- 1. Tramitação parlamentar.** As leis discriminatórias podem ser eliminadas por meio da liderança dos governos e dos votos dos parlamentares. Sensibilizar e conscientizar o legislativo é, portanto, essencial. A reforma da legislação pode levar tempo, mas construir coalizões, trabalhar com parlamentares, construir uma base de evidências para a reforma ou usar mecanismos internacionais de direitos humanos são ações que as pessoas podem cumprir.
- 2. Procedimentos jurídicos.** Em muitos países, os tribunais têm o poder de derrubar leis que são barreiras aos princípios de direitos humanos já consagrados constitucionalmente. Isso pode acontecer através de litígios interpostos por um indivíduo ou por uma organização impactada pela lei.
- 3. Consultas públicas e referendos.** Em alguns países, os cidadãos podem propor a reforma da lei por meio de uma petição ou solicitar uma votação nacional ou referendo.



O DESAFIO

Acabar com a discriminação e mudar as leis é responsabilidade de todos nós. Todos podem desempenhar um papel para alcançar o fim da discriminação e tentar fazer a diferença, de maneiras grandes e pequenas.

A campanha do Dia Mundial de Zero Discriminação 2019 incentiva as pessoas a agirem para mudar as leis discriminatórias em seus países.



“Nunca duvide que um pequeno grupo de pessoas conscientes e engajadas possa mudar o mundo. De fato, sempre foi assim que o mundo mudou.”

Margaret Mead, 1901–1978, antropóloga



APOIE SEU PAÍS PARA QUE FAÇA PARTE DA PARCERIA GLOBAL PARA ELIMINAR TODAS AS FORMAS DE ESTIGMA E DISCRIMINAÇÃO RELACIONADOS AO HIV

O objetivo da parceria global é catalisar e acelerar a implementação dos compromissos assumidos pelas Nações Unidas, agências da ONU, organizações bilaterais e internacionais, doadores, organizações não-governamentais e comunidades, para acabar com o estigma e discriminação relacionados ao HIV.

Após um chamado da sociedade civil em 2017 para acelerar e ampliar a ação para abordar o estigma e a discriminação, UNAIDS, ONU Mulheres, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Rede Global de Pessoas Vivendo com HIV (GNP+), concordaram em convocar a Parceria Global para Eliminar Todas as Formas de Estigma e Discriminação.

A parceria global foi lançada em 10 de dezembro de 2018, no 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e possui três objetivos:

- **Apoiar o cumprimento de compromissos.** Transformar em ação os compromissos e obrigações dos Estados-membros das Nações Unidas relacionados aos direitos humanos para acabar com o estigma e a discriminação nos níveis global, nacional e regional.
- **Construir parcerias significativas.** Estabelecer, fortalecer e revitalizar parcerias entre as partes interessadas para implementar e ampliar os programas para acabar com o estigma e a discriminação relacionados ao HIV.
- **Compartilhar a responsabilidade pela quantificação e prestação de contas.** Coletar e divulgar dados para informar as áreas políticas e programáticas sobre como medir o progresso e apoiar a prestação de contas para a eliminação do estigma e discriminação.

Mais informações disponíveis em http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/global-partnership-hiv-stigma-discrimination_en.pdf.

TOME UMA ATITUDE

A campanha do Dia Mundial de Zero Discriminação deste ano destaca ações que indivíduos, sociedade civil ou governos podem fazer para mudar leis discriminatórias.

Cinco atitudes para indivíduos

1. **Dê destaque a leis discriminatórias** para que todos possam agir pela mudança—publique suas iniciativas para zero discriminação nas mídias sociais.
2. **Seja um aliado**, denuncie a discriminação quando presenciar algo.
3. **Exija mudança** do seu parlamentar, ouvidoria ou organização de direitos humanos.
4. **Inicie uma petição** para mudar a lei.
5. **Doe tempo**, dinheiro ou conhecimento para uma organização que está trabalhando para a reforma de uma lei, ou comece você mesmo.

Cinco atitudes para sociedade civil

1. **Inicie uma campanha** para mudar uma lei. Ressalte leis discriminatórias, para que todos possam defender coletivamente a mudança.
2. **Forneça apoio** e um espaço seguro, incluindo apoio legal e pastoral, para pessoas que sofrem discriminação.
3. **Realize sessões de conscientização** sobre direitos humanos nos locais de trabalho, escolas, clínicas ou redes.
4. **Envie uma solicitação** para a remoção de leis discriminatórias para seu representante no Congresso ou no governo local, órgão das Nações Unidas ou órgão nacional responsável pelo monitoramento dos direitos humanos no país.
5. **Adote e promova** uma política de prevenção e proteção contra discriminação no local de trabalho.

Cinco atitudes para parlamentares e governantes

1. **Informe-se** sobre a discriminação e o impacto nas pessoas afetadas.
2. **Sensibilize** outros funcionários públicos, membros do judiciário e policiais.
3. **Facilite plataformas** de parlamentares, nacional e internacionalmente, para se comprometerem a impulsionar boas leis que promovam o bem-estar e a dignidade fundamental para todos, baseadas em evidências e guiadas por padrões de direitos humanos.
4. **Seja um aliado**, aja de acordo com os pedidos da sociedade civil para remover leis discriminatórias e dê à sociedade civil uma plataforma para que suas vozes possam ser ouvidas.
5. **Apresente alterações** às leis ou solicite uma revisão da legislação.

Cinco atitudes para parceiros

1. **Informe-se** sobre a discriminação e o impacto nas pessoas afetadas.
2. **Adote e promova** uma política de prevenção e proteção contra discriminação no local de trabalho.
3. **Comprometa-se** a priorizar a reforma de regulações discriminatórias nos programas de saúde e desenvolvimento.
4. **Garanta que o financiamento** seja direcionado para a garantia dos direitos humanos, reforma de leis, assistência e educação jurídica.
5. **Trabalhe com organizações** locais que são afetadas por leis discriminatórias ou que estão trabalhando para a reforma da lei.

FATOS SOBRE DISCRIMINAÇÃO



Mulheres

- Em 29 países, mulheres precisam de permissão do parceiro ou esposo para ter acesso a cuidados de saúde sexual e reprodutiva.
- Em 92 países, meninas podem se casar antes dos 18 anos de idade.
- Em 112 países, o estupro conjugal não é criminalizado.
- Em 49 países, não existe uma lei específica contra a violência doméstica.
- Em 45 países, não há legislação que aborde o assédio sexual.
- Um total de 150 países tem pelo menos uma lei que trata mulheres e homens de maneira diferente, e 63 países têm cinco ou mais leis deste tipo.



Pessoas que usam drogas

- Existem pelo menos 33 países e territórios que punem violações da lei de drogas com pena de morte.
- Pelo menos 100 países possuem leis que criminalizam a posse de drogas para uso pessoal.



Profissionais do sexo

- Pelo menos 98 países criminalizam algum aspecto do trabalho sexual.
- Existem pelo menos cinco países em que as pessoas podem ser processadas por carregar preservativos.



Relações entre pessoas do mesmo sexo

- 67 países criminalizam relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo.
- Em pelo menos oito países, a pena de morte ainda é implementada para relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo.



Pessoas trans

- 17 países criminalizam as pessoas trans, o que pode acontecer de diversas formas.
- Globalmente, apenas nove países fornecem o reconhecimento legal do gênero não binário.



Pessoas vivendo com HIV

- Pelo menos 20 países em todo o mundo ainda possuem restrições de viagem para pessoas vivendo com HIV.
- Pelo menos 68 países têm leis que criminalizam o sigilo, exposição ou transmissão do HIV. Sabe-se que 19 países já aplicaram outras disposições penais em casos semelhantes.
- Em 19 países com dados disponíveis, aproximadamente uma em cada cinco pessoas vivendo com HIV relatou ter tido assistência médica negada (incluindo atendimento odontológico, serviços de planejamento familiar ou serviços de saúde sexual e reprodutiva).



Teste de HIV obrigatório

- Em 2018, 59 países relataram a manutenção obrigatória de testagem de HIV para licenças de casamento, trabalho ou residência para determinados grupos.



Jovens

- Em 2018, 45 países relataram ter leis que impõem a necessidade de consentimento dos pais para que adolescentes e jovens com menos de 18 anos possam ter acesso a serviços de testagem para HIV.

20 Avenue Appia
1211 Genebra 27
Suíça

+41 22 791 3666

unaids.org.br